

PLATÃO CAPITAL S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias

individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2025

PLATÃO CAPITAL S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais intermediários individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado intermediárias e individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações do fluxo de caixa intermediárias individuais e consolidadas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Relatório da Administração

Apresentação de resultados

Os administradores da Platão Capital S.A apresentam as Demonstrações Financeiras Intermediárias condensadas individuais e consolidadas em 30 de junho de 2025, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, o Demonstrativo do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido,e o Demonstrativo do Resultado Abrangente, todas as informações financeiras estão expressas em milhares de reais.

Os resultados obtidos refletem o esforço contínuo de nossas equipes, Os números apresentados evidenciam o propósito da Companhia de gerar valor para seus acionistas, clientes e para a sociedade, alinhando suas ações ao compromisso com a preservação ambiental.

Informações operacionais do primeiro trimestre

Atualmente, a Companhia possui em seu grupo um portfólio de 46 MW de capacidade instalada e 60,94 MWp de potência pico distribuídos em 17 ativos.

→ Início da operação da usina localizada em Miranda–MS, com potência de 2,5MW.



Destaques financeiros do primeiro trimestre

Receitas

A Companhia encerrou o período findo em 31 de março de 2025 com uma receita líquida individual de R\$ 2.812 e no consolidado R\$ 6.851, resultado consideravelmente superior ao apresentado em 31 de março de 2024.

No mesmo período do ano anterior, a Companhia ainda não havia incorporado quatro subsidiárias operacionais e, portanto, não apresentou receita líquida individual. O resultado consolidado em 2024 foi de R\$ 105 mil.

O aumento das receitas decorre da finalização das obras de construção das usinas e do inicio de suas operações.

Custos e Despesas

Em função da fase pré-operacional de 2024 a companhia não registrou custos. Em 31 de março de 2025, o custo incorrido individual foi de R\$ 733, e o consolidado de R\$ 2.325.

As principais despesas administrativas do primeiro trimestre referem-se a gastos com operação e manutenção (O&M) das usinas em operação e despesas com depreciação.

	Controladora	Consolidado
Serviços administrativos	(310)	(1.063)
Depreciação e amortização	(733)	(2.325)
Despesas com operação e manutenção	(2.855)	(3.802)
Outras despesas	(224)	(1.158)
Total	(4.122)	(8.348)
Custo dos serviços prestados	(733)	(2.235)
Despesas gerais e administrativas	(3.389)	(6.025)

Resultado financeiro

As despesas financeiras concentram-se principalmente nos encargos sobre o endividamento e nos ajustes a valor presente dos contratos de mútuo vigentes.

	Controladora	Consolidado
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	90
Despesas financeiras		
Encargos financeiros sobre endividamento	(6.855)	(13.825)
Ajuste a valor presente – Mútuos	-	(1.024)
Juros sobre arrendamentos	(109)	(464)
Outras despesas financeiras	(5)	(43)
Total	(6.969)	(15.356)

Considerações adicionais

Em atendimento ao Art. 17 da Instrução CVM nº 162/2022 informamos que, no período findo em 31 de março de 2025, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatados à auditoria externa.

A BDO foi contratada pela administração da Companhia para os serviços de auditoria para o exercício de 2025, pelo montante de R\$ 137 líquidos de impostos.

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretoria da
Platão Capital S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas da Platão Capital S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial intermediário individual e consolidado em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três meses findos nessa data, e as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediaria e com a Norma Internacional "IAS 34 - *Interim Financial Reporting*", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas demonstrações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Demonstrações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR), acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1.3 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a qual evidencia que a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 20.724 mil no trimestre encerrado em 31 de março de 2025. Adicionalmente, observamos que, na mesma data, o passivo circulante da Companhia excede o ativo circulante em R\$ 19.823 mil nas demonstrações individuais e em R\$ 103.834 mil nas demonstrações consolidadas. Conforme divulgado nesta mesma Nota Explicativa nº 1.3, a Administração tem, em seu plano estratégico, alongar as dívidas e implementar ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e a posição patrimonial da Companhia com possibilidade de fusão ou incorporação com outras empresas.

Esses eventos ou condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Destacamos que nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins comparativos, foram auditados por outro auditor independente, que emitiu seu relatório em 31 de março de 2025, sem ressalvas.

Da mesma forma, os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, também apresentados para fins comparativos, foram objeto de revisão por outros auditores independentes, que emitiram seu relatório de revisão em 29 de novembro de 2024, igualmente sem ressalvas quanto aos saldos contábeis analisados.



Ressaltamos que não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024. Dessa forma, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre essas informações, quando consideradas em conjunto com as demonstrações atuais.

Londrina, 23 de outubro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read "WMR".

William Morton Ricardo
Contador CRC 1 SP 239058/O

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	6
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	7
Demonstração de Valor Adicionado	8

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
Balanço Patrimonial Passivo	10
Demonstração do Resultado	11
Demonstração do Resultado Abrangente	12
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	14
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	15
Demonstração de Valor Adicionado	16



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	123.975	133.939
1.01	Ativo Circulante	954	4.245
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	156	767
1.01.02	Aplicações Financeiras	3	4
1.01.03	Contas a Receber	729	1.273
1.01.03.01	Clientes	729	1.273
1.01.06	Tributos a Recuperar	24	24
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	24	24
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	42	2.177
1.01.08.03	Outros	42	2.177
1.01.08.03.01	Créditos com Coligadas	31	2.172
1.01.08.03.02	Créditos com Controladores	5	5
1.01.08.03.03	Outros créditos	6	0
1.02	Ativo Não Circulante	123.021	129.694
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.834	20.911
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	21.834	20.911
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	21.834	20.911
1.02.02	Investimentos	30.591	37.459
1.02.02.01	Participações Societárias	30.591	37.459
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	30.591	37.459
1.02.03	Imobilizado	70.516	71.238
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	67.399	68.142
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.117	3.096
1.02.04	Intangível	80	86
1.02.04.01	Intangíveis	80	86



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	123.975	133.939
2.01	Passivo Circulante	7.345	4.194
2.01.02	Fornecedores	252	568
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	252	568
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.145	1.171
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	795	795
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	795	795
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	348	376
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.345	1.662
2.01.04.02	Debêntures	5.345	1.662
2.01.05	Outras Obrigações	603	793
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	160	361
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	160	361
2.01.05.02	Outros	443	432
2.01.05.02.04	Outras obrigações	85	83
2.01.05.02.05	Passivo de direito de uso	358	349
2.02	Passivo Não Circulante	167.398	159.789
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	144.921	141.727
2.02.01.02	Debêntures	144.921	141.727
2.02.02	Outras Obrigações	22.477	18.062
2.02.02.02	Outros	22.477	18.062
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	5.900	5.900
2.02.02.02.03	Passivo de direito de uso	3.145	3.079
2.02.02.02.04	Perda com investimentos	13.432	9.083
2.03	Patrimônio Líquido	-50.768	-30.044
2.03.01	Capital Social Realizado	34.706	34.706
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-85.474	-64.750



DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.812	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-733	0
3.03	Resultado Bruto	2.079	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.832	-5.916
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.389	-906
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9	150
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-688
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.452	-4.472
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-13.753	-5.916
3.06	Resultado Financeiro	-6.969	-1.103
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.969	-1.103
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-20.722	-7.019
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.722	-7.019
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-20.722	-7.019



DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-20.772	-7.019
4.03	Resultado Abrangente do Período	-20.772	-7.019



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	710	-1.009
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-506	-763
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.216	-246
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15	0
6.02.01	Aquisições de bens do imobilizado	-15	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.306	-388
6.03.01	Adiantamentos para futuro aumento de capital	-1.237	3.947
6.03.04	Pagamentos de passivo de arrendamento	-34	0
6.03.05	Amortizações de empréstimos e debêntures	-35	-4.335
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-611	-1.397
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	767	2.484
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	156	1.087



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	34.500	0	0	-64.544	0	-30.044
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	34.500	0	0	-64.544	0	-30.044
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.722	0	-20.722
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.722	0	-20.722
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	34.500	0	0	-85.266	0	-50.766



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	-5.023	0	-5.022
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	-5.023	0	-5.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	34.499	0	0	0	0	34.499
5.04.08	Integralização de capital social	34.499	0	0	0	0	34.499
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.019	0	-7.019
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.019	0	-7.019
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	206	0	0	206
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	206	0	0	206
5.07	Saldos Finais	34.500	0	206	-12.042	0	22.664



DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	3.108	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.099	0
7.01.02	Outras Receitas	9	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.349	-1.362
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.349	-1.362
7.03	Valor Adicionado Bruto	-241	-1.362
7.04	Retenções	-733	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-733	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-974	-1.362
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-12.452	-4.472
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.452	-4.472
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-13.426	-5.834
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-13.426	-5.834
7.08.01	Pessoal	36	36
7.08.01.04	Outros	36	36
7.08.01.04.01	Prolabore	30	30
7.08.01.04.02	Encargos	6	6
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	291	46
7.08.02.01	Federais	287	0
7.08.02.02	Estaduais	4	46
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.969	1.103
7.08.03.03	Outras	6.969	1.103
7.08.03.03.01	Encargos financeiros sobre dívidas	6.964	1.096
7.08.03.03.02	Outras despesas	5	7
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.722	-7.019
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.722	-7.019



DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	294.765	301.715
1.01	Ativo Circulante	10.931	10.124
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	527	784
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.229	3.131
1.01.03	Contas a Receber	1.408	1.821
1.01.03.01	Clientes	1.408	1.821
1.01.06	Tributos a Recuperar	178	178
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	178	178
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.589	4.210
1.01.08.03	Outros	5.589	4.210
1.01.08.03.01	Créditos com Coligadas	4.704	3.430
1.01.08.03.02	Créditos com Controladores	6	5
1.01.08.03.03	Outros créditos	877	700
1.01.08.03.04	Adiantamento a fornecedores	2	75
1.02	Ativo Não Circulante	283.834	291.591
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.458	5.659
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	3.697
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	3.697
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	2.458	1.962
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	2.458	1.962
1.02.03	Imobilizado	281.279	285.846
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	265.001	269.637
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	16.278	16.209
1.02.04	Intangível	97	86
1.02.04.01	Intangíveis	97	86



DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	294.765	301.715
2.01	Passivo Circulante	114.765	168.262
2.01.02	Fornecedores	423	597
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	423	597
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.888	2.943
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.900	2.082
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.845	2.027
2.01.03.01.02	Parcelamentos tributários	55	55
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	985	861
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	109.367	162.462
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	102.908	134.403
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	102.908	134.403
2.01.04.02	Debêntures	6.459	28.059
2.01.05	Outras Obrigações	2.087	2.260
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	205	406
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	205	406
2.01.05.02	Outros	1.882	1.854
2.01.05.02.04	Outras obrigações	123	125
2.01.05.02.05	Passivo de direito de uso	1.759	1.729
2.02	Passivo Não Circulante	230.768	163.497
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	208.663	141.727
2.02.01.02	Debêntures	208.663	141.727
2.02.02	Outras Obrigações	22.105	21.770
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	300	190
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	300	190
2.02.02.02	Outros	21.805	21.580
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	5.900	5.900
2.02.02.02.03	Passivo de direito de uso	15.711	15.487
2.02.02.02.05	Parcelamentos tributários	194	193
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-50.768	-30.044
2.03.01	Capital Social Realizado	34.500	34.500
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-85.266	-64.544
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-2	0



DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.851	105
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.325	0
3.03	Resultado Bruto	4.526	105
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.260	-4.764
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.023	-2.643
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9	150
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-246	-2.271
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.734	-4.659
3.06	Resultado Financeiro	-15.266	-2.305
3.06.01	Receitas Financeiras	90	94
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.356	-2.399
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-17.000	-6.964
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.724	-55
3.08.01	Corrente	-27	-55
3.08.02	Diferido	-3.697	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.724	-7.019
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-20.724	-7.019
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-20.722	-7.019
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-4.1448	-1.4038



DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-20.724	-7.019
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-20.724	-7.019
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-20.722	-7.019
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2	0



DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-199	37.599
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-658	-2.517
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	459	40.116
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-25	-30.582
6.02.01	Aquisições de bens do imobilizado	-188	-30.582
6.02.02	Aquisições de ativos intangíveis	-20	0
6.02.03	Baixas de ativo imobilizado	183	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-33	-9.439
6.03.02	Efeito caixa - cessão de quotas	0	548
6.03.03	Custo de transação de debêntures apropriados	213	0
6.03.04	Pagamentos de passivo de arrendamento	-210	-363
6.03.05	Amortizações de empréstimos e debêntures	-36	-9.624
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-257	-2.422
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	784	9.366
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	527	6.944



DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	34.500	0	0	-64.544	0	-30.044	0	-30.044
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	34.500	0	0	-64.544	0	-30.044	0	-30.044
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.722	0	-20.722	-2	-20.724
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.722	0	-20.722	-2	-20.724
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	34.500	0	0	-85.266	0	-50.766	-2	-50.768



DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	-5.023	0	-5.022	0	-5.022
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	-5.023	0	-5.022	0	-5.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	34.499	0	0	0	0	34.499	0	34.499
5.04.08	Integralização de capital social	34.499	0	0	0	0	34.499	0	34.499
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.019	0	-7.019	0	-7.019
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.019	0	-7.019	0	-7.019
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	206	0	0	206	0	206
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	206	0	0	206	0	206
5.07	Saldos Finais	34.500	0	206	-12.042	0	22.664	0	22.664



DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	7.538	109
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.529	109
7.01.02	Outras Receitas	9	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.488	-2.694
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.488	-2.694
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.050	-2.585
7.04	Retenções	-3.350	-1.877
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.325	-1.877
7.04.02	Outras	-1.025	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.300	-4.462
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	95	94
7.06.02	Receitas Financeiras	95	94
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.205	-4.368
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.205	-4.368
7.08.01	Pessoal	36	36
7.08.01.04	Outros	36	36
7.08.01.04.01	Prolabore	30	30
7.08.01.04.02	Encargos	6	6
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.208	226
7.08.02.01	Federais	709	69
7.08.02.02	Estaduais	499	157
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.275	2.389
7.08.03.03	Outras	18.275	2.389
7.08.03.03.01	Encargos financeiros sobre dívidas	14.289	2.360
7.08.03.03.02	Outras despesas	3.986	29
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.724	-7.019
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.722	-7.019
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-2	0



1. Contexto operacional

A Platão Capital S.A. (“Sociedade” ou, em conjunto com suas controladas, o “Grupo”), com sede na Av. Paulista, 1471, bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 12 de janeiro de 2023.

A Platão Capital S.A. tem como objetivo principal a participação no capital social de outras sociedades, sejam elas empresárias ou não, ou em fundos de investimento, atuando como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior, com foco especial no setor de energia fotovoltaica. A Companhia também se dedica à realização de investimentos em geração de energia elétrica de matriz solar fotovoltaica, em suas diversas modalidades, além de atuar na administração de seus próprios bens.

Os projetos realizados pela Companhia, apresentam as seguintes informações em 31 de março de 2025:

Unidade	UFV	UF	Potência (MW)	Conexão	Status em 31/03/2025
Filial 1	Loanda	PR	5	22/06/2021 e 15/07/2021	Conectada.
Filial 2	Alto Paraná	PR	2	26/12/2023	Conectada.
Filial 3	Paranavaí	PR	5	22/12/2023	Conectada.
Filial 4	Santa Isabel	PR	2	16/11/2023	Conectada.
Capital II	Maristela	PR	2	16/01/2024	Conectada.
Capital II	Miranda I	MS	2,5	10/01/2025	Conectada.
Capital II	Miranda II	MS	2,5	30/12/2024	Conectada.
Capital II	Cassilândia	MS	2,5	-	99% concluída.
Capital II	Diamantino	MT	2,5	30/08/2024	Conectada.
Capital III	Paraíso do Norte	PR	2,5	28/06/2024	Conectada.
Capital III	Apucarana	PR	2,5	15/04/2024	Conectada.
Capital III	Manoel Ribas	PR	2,5	12/07/2024	Conectada.
Capital III	Guapirama	PR	2,5	11/11/2024	Conectada.
Capital III	São João do Caiuá	PR	2,5	22/03/2024	Conectada.
Capital III	Mamborê	PR	2,5	10/05/2024	Conectada.
Capital III	Dourados	PR	2,5	24/06/2024	Conectada.
Capital III	Campo Grande	PR	2,5	19/11/2024	Conectada.

Expectativa de conexão das obras em andamento:

Unidade	UFV	UF	Potência (MW)	Expectativa	Status em 31/03/2025
Capital II	Cassilândia	MS	2,5	04/2025	99% concluída.

1.1. Participações societárias

Investidas	Atividades	% Participação	
		31/03/2025	Participação
SPRS Platão Capital II S.A. (i)	Holding e geração de energia elétrica	99,98%	Direta
SPRS Platão Capital III S.A. (ii)	Holding e geração de energia elétrica	99,98%	Direta

(i) Sociedade constituída em 1º de março de 2023, destinada a ser uma *holding* de empresas destinadas para a geração de energia distribuída;

(ii) Sociedade constituída em 10 de agosto de 2021, destinada a ser uma *holding* de empresas destinadas para a geração de energia distribuída. A Platão Capital iniciou a sua participação societária em 10 de março de 2023;

1.2. Filiais – SPRS Platão Capital II S.A.

Unidade	UFV	UF	Potência (MW)
Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A.	Maristela	PR	2
Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A.	Miranda I e II	MS	5
Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A.	Diamantino e Cassilândia	MT e MS	5

A controlada SRPS Platão Capital II S.A. realizou em 28 de fevereiro de 2025 a incorporação contábil das empresas Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A., Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A. e Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A., desse modo, na mesma data as usinas tornaram-se filiais da Companhia.

Abaixo, apresentamos o quadro demonstrativo do patrimônio líquido contábil das empresas incorporadas. Conforme definido no protocolo da incorporação, as variações patrimoniais das incorporadas ocorridas entre a data de elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido e a data efetiva da incorporação foram integralmente absorvidas pela SPRS Platão Capital II S.A. e registradas diretamente em suas demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial (em R\$ mil)	USP 5	USP 6	SP 7	Total
Contas a receber de clientes	257	42	54	354
Transações entre partes relacionadas	67	1.561	1.235	2.863
Ativo de direito de uso	395	1.917	3.422	5.734
Imobilizado	13.569	34.301	34.020	81.890
Outros ativos	99	223	766	1.088
Total dos ativos	14.387	38.044	39.497	91.929
 Passivo de arrendamento	(427)	(2.011)	(3.637)	(6.075)
Transações entre partes relacionadas	(2.759)	(9.577)	(9.303)	(21.639)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(8.050)	(19.524)	(20.535)	(48.109)
Outros passivos	(203)	(334)	(125)	(662)
Total dos passivos	(11.439)	(31.446)	(33.599)	(76.485)
 Capital social	(3.085)	(7.709)	(7.709)	(18.503)
Prejuízos acumulados	137	1.111	1.811	3.059
Total do patrimônio líquido	(2.948)	(6.598)	(5.898)	(15.444)
Total dos passivos e patrimônio líquido	(14.388)	(38.044)	(39.497)	(91.929)

1.3. Continuidade Operacional

Durante o período encerrado em 31 de março de 2025, a Companhia registrou, na controladora e no consolidado, um prejuízo de R\$ 20.724, frente a um prejuízo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 59.727, e um passivo à descoberto de R\$ 50.766 (R\$30.044 em 31 de dezembro de 2024). Além disso, em 31 de março de 2025, o capital circulante líquido foi negativo, totalizava R\$ 103.835 (R\$ 158.138 em 31 de dezembro de 2024), no consolidado.

Conforme situação patrimonial da Companhia, quanto a continuidade operacional, foi convocada uma Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), realizada em 12 de junho de 2025 (conforme nota explicativa 28 – Eventos subsequentes). Nessa ocasião, foi aprovada a alteração da data de vencimento do prazo previsto para a quitação integral do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Privada (PLAC 41)", passando de 20 de maio de 2025 para 20 de novembro de 2025, contribuindo para a manutenção do fluxo de caixa e da estabilidade financeira da Companhia.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, decorrente também da classificação do saldo em aberto do CRI 173^a emissão, de 26 de outubro de 2023, relacionado ao não cumprimento da manutenção do índice de estrutura de capital e de pagamento mútuos fiadores.

Com o objetivo de melhorar sua posição de liquidez e alongar o perfil de endividamento, a Companhia tem em seu plano estratégico de alongar as dívidas, por meio da emissão de novas debêntures destinadas à quitação de obrigações com outras debentures e geração de caixa. Essa medida visa preservar o fluxo de caixa operacional e garantir maior previsibilidade financeira no curto e médio prazo. A Administração está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e a posição patrimonial da Companhia com possibilidade de fusão ou incorporação com outras empresas.

Apesar dessas iniciativas, o baixo nível de faturamento observado no período, aliado ao intervalo necessário para que as usinas fotovoltaicas recém-finalizadas comecem a gerar retorno financeiro — estimado em, no mínimo, três meses após a conclusão das obras, ocorrida principalmente no segundo semestre de 2024 —, contribui para um cenário de incerteza quanto à continuidade operacional da Companhia.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias individual e consolidadas

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

No caso das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, diferem somente no que se refere à capitalização na controladora de juros incorridos por entidade distinta daquelas em que estão os ativos qualificáveis.

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia optou por apresentar essas informações em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tais como capacidade produtiva esperada, dados contratuais, projeções e seguros, não foram revisados pelo auditor independente.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de outubro de 2025.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, que foram reconhecidas pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.4. Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixam de existir.

A composição societária de representatividade de cada companhia que compõem o consolidado estão expressos na nota 1.1 acima, onde apresenta a representatividade da companhia em suas controladas.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas:

- Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial;
- Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas (operações entre partes relacionadas), e,
- As despesas financeiras da controladora são reconhecidas nas demonstrações intermediárias financeiras individuais no resultado do exercício e nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas são reconhecidas, quando qualificáveis, aos itens do ativo imobilizado no processo de consolidação para adequação à prática contábil especificada no CPC 20R1 – Custo de empréstimos. Não existem diferenças entre o patrimônio líquido e resultado da controladora e consolidado.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as companhias consolidadas e o exercício social dessas companhias coincide com o da controladora.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro.

- Nota Explicativa nº 7 – Contas a receber de clientes (mensuração de perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda);
- Nota Explicativa nº 9 – Imobilizado (valor residual, vida útil e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação ao valor residual, vida útil e valores recuperáveis).

3. Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações financeiras intermediárias estão definidas a seguir.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários a vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido(s) de saldo de contas garantidas.

3.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, conforme Deliberação CVM nº 76/22. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado

Quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia e suas controladas gerenciam e tomam as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e suas controladas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo VJR. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, e reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

i) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não celebraram contratos com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros.

a) Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia e suas controladas desconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

i) Ativos financeiros não derivativos – Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

ii) Passivos financeiros não derivativos – Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

b) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

3.3 Reconhecimento de Receita

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com clientes, reconhecendo a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes refletia a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos são celebrados com clientes para a disponibilização dos sistemas de geração de energia fotovoltaica ("SGE"), sendo a obrigação de desempenho a manutenção da disponibilidade do SGE, permitindo ao cliente a compensação dos créditos de energia gerados. O preço da transação é variável e corresponde ao valor contratual definido com base nos créditos efetivamente compensados e nas tarifas vigentes da distribuidora, sendo integralmente alocado a essa obrigação única. A receita é reconhecida ao longo do tempo, mensalmente, à medida que os créditos de energia são gerados e compensados.

3.4. Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos são juros e outros custos que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos para a aplicação em ativos qualificáveis. A Companhia e suas controladas realizam a capitalização dos custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo. A Companhia e suas controladas reconhecem os outros custos de empréstimos como despesa no período em que são incorridos.

A Administração da Companhia e suas controladas realizam a capitalização dos juros e custos dos empréstimos quando as seguintes condições são atendidas:

- (i) Incorre em gastos com o ativo;
- (ii) Incorre em custos de empréstimos;
- (iii) Inicia as atividades que são necessárias ao preparo do ativo para seu uso ou venda.

3.5. Custos de transação

A Administração registra o montante inicial dos recursos captados de terceiros, classificáveis no passivo circulante e não circulante, ao seu valor justo líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os encargos financeiros incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciação do valor líquido recebido.

3.6. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das informações financeiras intermediárias requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia e suas controladas não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos em 31 de março de 2025, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras. As principais estimativas estão contempladas a seguir:

- a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)
- b) Provisões para contingências (nota explicativa nº 25)
- c) Cálculo dos impostos diferidos (nota explicativa nº 23)
- d) *Impairment* de ativos não financeiros (nota explicativa nº 9)

3.7. Investimentos em controladas

A participação societária em controladas está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas informações financeiras individuais. Nas informações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Controladora.

Controlada é toda a entidade na qual a Companhia e suas controladas detém o controle. Uma controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia e suas controladas deixam de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos (incluindo passivos contingentes) assumidos para a aquisição de uma controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

3.8. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas alugam imóveis não residenciais e em áreas rurais. Em geral os contratos são realizados por períodos fixos de vinte e cinco a trinta anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia ou uma de suas investidas é o arrendatário, opta-se por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Administração:

- Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- Usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia e suas controladas, sem financiamento recente com terceiros; e
- Faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

A Companhia e suas controladas estão expostas a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;

- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Administração estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

(i) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos pela Companhia e por suas controladas. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia ou por suas controladas, e não pelo respectivo arrendador.

3.9. Imobilizado

Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia e suas controladas possuem ativos depreciáveis, compostos por edificações, painéis solares, máquinas e outros equipamentos. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10
Edificações	40
Instalações – Postes	40
Instalações – Diversas	10
Máquinas e equipamentos - Diversos	10
Máquinas e equipamentos – Elétricos I	25
Máquinas e equipamentos – Elétricos II	30
Painéis solares	25

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

3.10. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida

O ativo intangível compreende as licenças de uso das áreas utilizadas para exploração da atividade da companhia e suas controladas. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis atualmente definidas em 05 anos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.11. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem os encargos financeiros incorridos na captação de recursos de terceiros, apropriados ao resultado em função da fluência do prazo.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias brasileiras promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e demais investidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Se necessário, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.14. Seguimento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia e suas controladas detêm ativos substancialmente vinculados ao segmento de geração de energia fotovoltaica. Atualmente, sua principal atividade operacional consiste no arrendamento dessas usinas a consórcios e associações integrantes do grupo econômico da Companhia e suas controladas. Os contratos de arrendamento preveem que a receita seja reconhecida com base no consumo efetivo da energia gerada pelas usinas, refletindo a natureza variável da contraprestação.

Em 31 de março de 2025, 94% das usinas estavam concluídas e conectadas à rede elétrica. A conexão da última unidade está prevista para ocorrer até abril de 2025, momento em que a totalidade dos ativos estará operacional.

3.15. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas "IFRS", essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.16. Demonstração do Fluxo de Caixa ("DFC")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.17. Resultado por ações

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do lucro ou prejuízo por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias totais em poder dos acionistas. O cálculo do lucro/prejuízo diluído é afetado por instrumentos conversíveis em ações.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

4.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações IFRS 9 e IFRS 7/ CPC 48 e CPC 40 (R1)	As emendas publicadas em maio de 2024 fornecem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados à governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características semelhantes, além de estabelecer diretrizes para a liquidação de passivos por meio de sistemas eletrônicos de pagamento.	1º de janeiro de 2026

Alterações IFRS 9 e IFRS 7/ CPC 48 e CPC 40 (R1)	<p>As emendas publicadas em dezembro de 2024 têm o objetivo de aprimorar a transparência na comunicação dos impactos financeiros de contratos de eletricidade dependentes de fatores naturais, geralmente estruturados como Acordos de Compra de Energia (PPAs). As atualizações esclarecem a aplicação dos critérios de "uso próprio", viabilizando a contabilidade de hedge quando esses contratos forem utilizados como instrumentos de proteção, além de introduzir novos requisitos de divulgação para facilitar a compreensão dos investidores.</p>	1º de janeiro de 2026
Alteração IFRS 18/ CPC 26	<p>A norma IFRS 18, publicada em abril de 2024, substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e estabelece novos requisitos para aprimorar a transparência na divulgação do desempenho financeiro das companhias. Entre as principais mudanças, estão: a introdução de três categorias para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos –, além de novos subtotais, incluindo o lucro operacional; maior detalhamento sobre indicadores internos de desempenho, definidos pela administração; diretrizes mais claras sobre a organização das informações, especificando se devem constar nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas; mais transparência na apresentação das despesas operacionais; e regras específicas sobre a classificação de receitas e despesas operacionais.</p>	1º de janeiro de 2027

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa	3	3	3	3
Total Caixa	3	3	3	3
Bancos				
Banco do Brasil	1	1	1	1
Banco Itaú	-	649	-	665
Banco Vortx	98	97	98	97
Banco Daycoval	13	17	13	18
Total Bancos	112	764	112	781
Aplicações financeiras				
Banco Itaú (i)	41	-	412	-
Banco Itaú CDB (i)	-	-	-	-
Total aplicações financeiras	41	-	412	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	156	767	527	784

(i) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem penalização ou perda dos juros transcorridos aplicados na modalidade Certificado de Depósito Bancário (CDB). O valor contábil é próximo ao valor justo. Em 31 de março de 2025, a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 96% a.a. do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Aplicações compromissadas - debêntures (i)	-	-	-	-
Aplicações compromissadas - CRI (ii)	3	4	3.229	3.131
Total	3	4	3.229	3.131

(i) As aplicações financeiras compromissadas estão concentradas em ativos de renda fixa Certificado de Depósito Bancário (CDB), com remunerações que variam entre 98% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI);

(ii) Para manutenção e de acordo com as cláusulas de empréstimos e financiamentos obtidas (CRI) a companhia detém a obrigação de manutenção de saldos de reserva que visam garantir a liquidez e o pagamento de algumas parcelas da dívida em caso de inadimplência.

7. Contas a receber de clientes

7.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Aluguéis a receber (i)	729	1.273	1.408	1.821
Total	729	1.273	1.408	1.821

(i) Valores a receber decorrentes de locação do sistema de geração de energia ("SGE") das usinas em operação do Grupo. Tais recebíveis são devidos pelas empresas Associação de Geração Distribuída PLIN e Consórcio de Geração Distribuída PLIN, partes relacionadas da Companhia.

7.2. Aging list

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
A vencer	729	1.009	1.408	1.290
Vencidos				
De 01 a 30 dias	-	18	-	18
De 31 a 60 dias	-	246	-	441
De 121 a 180 dias	-	-	-	72
Total	729	1.273	1.408	1.821

A companhia e suas investidas não realizam AVP em contas a receber de clientes em virtude do curto período de realização de seus saldos.

8. Investimentos

8.1. Investimentos diretos

Investimentos	31/12/2024			Resultado de equivalência patrimonial	31/03/2025	
	Saldos em investimentos	Obrigações com investidas	AFAC		Saldos em investimentos	Obrigações com investidas
SPRS II	20.046	(9.083)	1.237	(3.840)	21.283	(13.432)
SPRS III	17.413	-	-	(8.103)	9.310	-
Total	37.459	(9.083)	1.237	(11.943)	30.593	(13.432)

Investimentos	31/12/2023			Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2024	
	Saldos em investimentos	Obrigações com investidas	AFAC		Saldos em investimentos	Obrigações com investidas
SPRS II	17.941	(1.088)	2.105	(7.995)	20.046	(9.083)
SPRS III	39.760	-	(4.465)	(17.882)	17.413	-
EGF 20	1	-	(1)	-	-	-
UFV Oliveira I	1	-	(1)	-	-	-
UFV Tozoni II	1	-	(1)	-	-	-
Total	57.704	(1.088)	(2.363)	(25.877)	37.459	(9.083)

Para o saldo contábil do investimento da SPRS Platão Capital II S.A. foram reconhecidos os respectivos passivos no valor de R\$ 13.432 em 31 de março de 2025, referente ao resultado negativo da equivalência patrimonial, reflexo da participação no prejuízo contábil apresentado pelas investidas.

Saldo das investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
SPRS II	91.127	104.562	(9.085)	(4.350)
SPRS III	132.508	123.199	17.413	(8.104)
31 de março de 2025	224.144	227.761	8.328	(11.945)

9. Imobilizado

9.1. Composição

	Taxa média de depreciação anual	Controladora			31/12/2024 Líquido
		31/03/2025 Custo	Depreciação	Líquido	
Equipamentos informáticos	20%	26	(15)	11	13
Móveis e utensílios	10%	4	(2)	2	2
Edificações	2,50%	15.077	(645)	14.432	14.527
Instalações – Postes	2,50%	4.265	(153)	4.112	4.139
Instalações – Diversas	10%	5.667	(1.643)	4.024	4.165
Máquinas e equipamentos - Diversos	10%	651	(196)	455	472
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	4%	8.336	(830)	7.506	7.589
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	3,33%	2.912	(206)	2.706	2.730
Painéis solares	4%	37.059	(2.908)	34.151	34.505
Total	-	73.996	(6.597)	67.399	68.142

	Taxa média de depreciação (a.a.)	Consolidado			31/12/2024 Líquido
		31/03/2025 Custo	Depreciação	Líquido	
Usinas em construção -					
Imobilizado em andamento	-	12.131	-	12.131	31.728
Equipamentos informáticos	20%	30	(15)	15	13
Móveis e utensílios	10%	4	(2)	2	2
Edificações	2,50%	99.840	(2.129)	97.711	90.957
Instalações – Postes	2,50%	13.842	(346)	13.496	13.582
Instalações – Diversas	10%	6.323	(1.683)	4.640	4.529
Máquinas e equipamentos - Diversos	10%	687	(201)	486	504
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	4%	13.692	(1.010)	12.682	12.819
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	3,33%	7.729	(334)	7.395	7.439
Painéis solares	4%	113.638	(5.021)	108.617	101.460
Parecer de acesso (i)	4%	8.033	(207)	7.826	6.604
Total	-	275.948	(10.948)	265.001	269.637

(i) Direito de uso a conexão à rede de distribuição de energia elétrica. O ativo corresponde às Usinas de São João do Caiuá, Apucarana, Mamborê e Dourados. O projeto será amortizado conforme vida útil dos ativos associados na construção das Usinas.

O imobilizado é composto, majoritariamente, pelos investimentos em projetos em andamento e por equipamentos necessários para a operação de geração de energia. Para o exercício findo em 31 de março de 2025 não foram identificadas variáveis que possam gerar algum indicativo de perda ao valor recuperável desses ativos.

9.2. Movimentação

Descrição	Controladora			
	31/12/2024	Aquisições	Depreciação	31/03/2025
Equipamentos de informática	13	-	(1)	11
Móveis e utensílios	2	-	-	2
Edificações	14.527	-	(94)	14.432
Instalações – Postes	4.139	-	(27)	4.112
Instalações – Diversas	4.165	-	(142)	4.024
Máquinas e equipamentos – Diversos	472	-	(16)	455
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	7.589	-	(83)	7.506
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	2.730	-	(24)	2.706
Painéis solares	34.505	12	(369)	34.151
Total	68.142	12	(755)	67.399

Descrição	Controladora			
	31/12/2023	Incorporação	Depreciação	31/12/2024
Equipamentos de informática	-	14	(1)	13
Móveis e utensílios	-	2	-	2
Edificações	-	14.590	(63)	14.527
Instalações – Postes	-	4.157	(18)	4.139
Instalações – Diversas	-	4.259	(94)	4.165
Máquinas e equipamentos – Diversos	-	483	(11)	472
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	-	7.645	(56)	7.589
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	-	2.746	(16)	2.730
Painéis solares	-	34.752	(247)	34.505
Total	-	68.648	(506)	68.142

Descrição	Consolidado						
	31/12/2024	Aquisições	Reclassificações	Transferências	(-) Baixas	Depreciação	31/03/2025
Usinas em construção	31.728	21	(2.339)	(17.279)	-	-	12.131
Equipamentos de informática	13	3	-	-	-	(1)	15
Móveis e utensílios	2	-	-	-	-	-	2
Edificações	90.957	-	-	7.559	(183)	(623)	97.710
Instalações – Postes	13.582	-	-	-	-	(86)	13.496
Instalações – Diversas	4.529	114	-	153	-	(156)	4.640
Máquinas e equipamentos – Diversos	504	-	-	-	-	(18)	486
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	12.819	-	-	-	-	(137)	12.682
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	7.439	21	-	-	-	(65)	7.395
Painéis solares	101.460	28	-	8.265	-	(1.136)	108.617
Parecer de acesso	6.604	-	-	1.302	-	(80)	7.826
Total	269.637	187	(2.339)	-	(183)	(2.302)	265.000

Descrição	Consolidado								31/12/20 24
	31/12/20 23	Aquisiçõ es	Reclassificaç ões	Consolidação de novas investidas	Transferênc ias	Juros capitalizados	<i>Impairm ent</i>	Depreciaç ão	
Usinas em construção	131.285	49.320	719	-	(161.853)	18.345	(6.088)	-	31.728
Equipamentos de informática	-	8	-	9	-	-	-	(4)	13
Móveis e utensílios	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Edificações	-	3.330	-	14.809	74.056	-	-	(1.238)	90.957
Instalações – Postes	-	-	-	4.219	9.577	-	-	(214)	13.582
Instalações – Diversas	-	19	-	4.590	370	-	-	(450)	4.529
Máquinas e equipamentos –									
Diversos	-	21	-	506	28	-	(51)	504	
Máquinas e equipamentos -									
Elétricos I	-	217	-	7.840	5.139	-	(377)	12.819	
Máquinas e equipamentos -									
Elétricos II	-	465	-	2.750	4.382	-	(158)	7.439	
Painéis solares	-	-	-	35.617	68.301	-	-	(2.458)	101.460
Parecer de acesso	-	-	6.731	-	-	-	-	(127)	6.604
Total	131.285	53.380	7.450	70.342	-	18.345	(6.088)	(5.077)	269.637

No exercício de 2024 foram capitalizados os juros e encargos financeiros sobre as dívidas relacionadas à construção das usinas das companhias SPRS III, USP 6 e SP 7, totalizando o montante de R\$ 18.345. A taxa média de capitalização dos juros foi de 16,21%.

Teste de Impairment

A Companhia avaliou, por meio de teste do valor recuperável, o saldo registrado de seus ativos imobilizados, resultando no reconhecimento de *impairment* de 6.088 para o período findo em 31/12/2024 e 31/03/2025.

As premissas e estimativas utilizadas para o cálculo são avaliadas anualmente pela Administração.

Garantias

Parte dos ativos imobilizados estão vinculados às garantias físicas, mediante alienação fiduciária, das dívidas mencionadas na nota explicativa nº 12 – Empréstimos, financiamentos e debêntures.

Abaixo, apresentamos o quadro demonstrativo dos equipamentos mantidos como garantia física.

SPRS Capital II S.A. (Não revisado)

Equipamento	Fabricante	Modelo	Valor
Painéis fotovoltaicos	Risen	Bifacial – 665W	21.221
Inversores 125	Sungrow	SG125	
Inversores 250	Sungrow	SG250	2.996
Inversores 333	Sungrow	SG333	
Estrutura de fixação	SSM	Aço Galvanizado	
Estrutura de fixação	Dynamo	Aço Galvanizado	4.408
Total			28.625

SPRS Capital III S.A. (Não revisado)

Equipamento	Fabricante	Modelo	Valor
Painéis fotovoltaicos e inversores	Risen / Sungrow	660W/125KW	9.675
Painéis fotovoltaicos e inversores	Risen / Sungrow	660W/250KW	23.322
Painéis fotovoltaicos e inversores	Risen / Sungrow	660W/250KW+333KW	4.580
Estrutura de fixação	Dynamo	Fixa	7.553
Total			45.130

10. Ativos de direito de uso

10.1. Composição

	Controladora		
	Prazo de vigência dos contratos	Custo 31/03/2025	Custo 31/12/2024
Direito de uso de imóveis rurais	25 anos	3.595	3.539
(-) Amortização acumulada	-	(478)	(443)
Total	-	3.117	3.096

	Consolidado		
	Prazo de vigência dos contratos	Custo 31/03/2025	Custo 31/12/2024
Direito de uso de imóveis rurais	25 anos	17.659	17.417
(-) Amortização acumulada	-	(1.381)	(1.208)
Total	-	16.278	16.209

Para que os contratos fossem reconhecidos conforme a segunda revisão do CPC 06 (R2) Arrendamentos, a Administração determinou que os contratos devem atender os seguintes critérios: (i) materialidade, sendo que os montantes devem possuir fluxo e pagamento com valores relevantes; e (ii) longo prazo, uma vez que os contratos devem ter prazos superior a 1 ano, após o encerramento das informações financeiras intermediárias.

A Administração estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia e de suas investidas. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
25 anos	9,82%
30 anos	9,82%

10.2. Movimentação

Descrição	31/12/2024	Controladora		
		Atualização	Amortização	31/03/2025
Direito de uso	3.096	57	(36)	3.117
Total	3.096	57	(36)	3.117

Descrição	31/12/2023	Controladora		
		Incorporação	Amortização	31/12/2024
Direito de uso	-	3.120	(24)	3.096
Total	-	3.120	(24)	3.096

Descrição	31/12/2024	Atualização	Amortização	Consolidado
				31/03/2025
Direito de uso	16.209	242	(173)	16.278
Total	16.209	242	(173)	16.278

Descrição	31/12/2023	Novos contratos	Atualização	Consolidado	
				Consolidação de novas investidas	Amortização
Direito de uso	11.279	2.383	31	3.156	(640)
Total	11.279	2.383	31	3.156	(640)
					16.209

11. Transações entre partes relacionadas

	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Platão Energia (i)	Adiantamentos	31	2.172	1.274	2.390
Platão Investimentos	Outros créditos	5	5	6	5
Associação de Geração Distribuída Plin (ii)	Adiantamentos	-	-	3.430	1.040
Total do ativo circulante		36	2.177	4.710	3.435
Ativo não circulante					
PLIN Energia	Mútuos	-	-	1.033	1.962
Platão Energia (i)	Adiantamentos	-	-	1.425	
SPRS II (iii)	Mútuos	11.290	6.330	-	-
SPRS III (iii)	Mútuos	10.544	9.621	-	-
USP 5 (iv)	Outros créditos	-	1.625		
USP 6 (v)	Outros créditos	-	2.000	-	-
SP 7 (v)	Outros créditos	-	1.335	-	-
Total do ativo não circulante		21.834	20.911	2.458	1.962
Total Ativo		21.870	23.088	7.168	5.397
Passivo circulante					
Platão Energia	Rateio de despesas CSC	153	361	180	378
PLIN Energia	Rateio de despesas CSC	7	-	7	-
Associação de Geração Distribuída Plin	Outras despesas	-	-	18	28
Total do passivo circulante		160	361	205	406
Passivo não circulante					
Associação de Geração Distribuída Plin	Outras despesas	-	-	300	190
Total Passivo		160	361	505	596

- (i) Saldo correspondente a adiantamento por serviços de engenharia prestados pela Platão Energia;
- (ii) Valores correspondentes a pagamento de despesas do CRI 173^a pela SPRS Platão Capital III em nome da Associação de Geração Distribuída Plin, em virtude da Associação figurar como Devedora da dívida;
- (iii) Saldo de mútuos com as companhias controladas SPRS Platão Capital II S.A. e SPRS Platão Capital III S.A., referente a capitalização dos juros das dívidas a serem recebidos em até 12 meses;
- Os contratos de mútuos foram firmados sob condições específicas entre as partes, não necessariamente equivalentes às praticadas em transações de mercado.
- (iv) Saldo a receber da USP 5 decorrente de operação de cessão de passivos à Companhia;
- (v) Correspondente ao registro dos pareceres de acesso nas obras sob responsabilidade da USP 6 e SP 7.

11.1 Receitas, custos e despesas com partes relacionada.

	Controladora	Consolidado
Receita	2.812	6.851
Custo	(733)	(2.325)
Despesas	(2.875)	(4.099)
Total do período	(796)	427

11.2 Remuneração do pessoal chave da administração.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2025, a remuneração do pessoal chave da administração da Companhia foi de R\$ 30

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

12.1. Composição

Operação	Taxa média a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Debêntures privadas - PLAC 41	11,76% a.a. + IPCA	1.157	1.124	1.157	1.124
Debêntures 1ª série – PLAC 13 e 23	11,43% a.a. + IPCA	149.109	142.265	149.109	142.265
Debêntures 1ª Série - PLII 11	2,5 % a.a. + CDI	-	-	64.856	62.418
CRI 173 ^a	11% a.a. + IPCA	-	-	102.908	98.382
Total		150.266	143.389	318.030	304.189
Curto prazo		5.345	1.662	109.367	162.462
Longo prazo		144.921	141.727	208.663	141.727

12.2. Movimentação

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	143.389	80.352	304.189	237.636
Efeito assunção de passivos - Cessão de quotas/ações (usinas de 1 a 4)	-	39.393	-	39.393
Captações	-	150.000	-	150.000
Custos de transação apropriados	154	7.093	213	7.333
Juros e encargos apropriados	6.759	17.568	13.664	41.805
Custos de emissão pagos	-	(4.716)	-	(4.716)
Deságio de emissão	-	(5.791)	-	(5.791)
Amortizações	(36)	(140.510)	(36)	(161.471)
Saldo final	150.266	143.389	318.030	304.189

Cronograma inicialmente previsto	31/03/2025
2025	19.233
2026	3.345
2027	3.299
2028	3.843
2029	5.763
2030	5.107
2031	5.828
2032	8.449
2033	7.910
2034	8.227
2035	9.855
2036	13.324
2037	87.281
2038	27.288
2039	21.734
2040	27.521
2041	30.475
2042	29.548
Total	318.030

12.3. Debêntures PLAC 11

Debêntures 1ª série - PLAC 11	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	28.340
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	-	2.247
Juros e encargos apropriados	-	4.237
Amortizações	-	(34.824)
Saldo final	-	-
Curto prazo	-	-

Em 27 de março de 2023, a Companhia concluiu a 1ª emissão pública por meio da emissão de 27.500 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de implementar novos projetos de unidades de UFV (Central geradora fotovoltaica).

O montante total captado foi de R\$ 27.500 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,76% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de maio de 2033.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 2.500 mil, os quais foram liquidados pela Companhia e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortex DTVM Ltda.

Em 18 de novembro de 2024 a Companhia realizou a quitação total das debêntures mediante resgate antecipado.

12.4 Debêntures PLAC 21

Debêntures 2ª série - PLAC 21	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	27.830
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	-	2.267
Juros e encargos apropriados	-	4.169
Amortizações	-	(34.266)
Saldo final	-	-
Curto prazo	-	-

Em 27 de abril de 2023, a Companhia concluiu a 2^a emissão pública por meio da emissão de 27.500 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de implementar novos projetos de unidades de UFV (Central geradora fotovoltaica).

O montante total captado foi de R\$ 27.500 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,76% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de maio de 2033.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 2.500 mil, os quais foram liquidados pela Companhia e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortex DTVM Ltda.

Em 18 de novembro de 2024 a Companhia realizou a quitação total das debêntures mediante resgate antecipado.

12.5 Debêntures PLAC 31

Debêntures 3 ^a série - PLAC 31	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	23.078
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	-	2.328
Juros e encargos apropriados	-	2.939
Amortizações	-	(28.345)
Saldo final	-	-
Curto prazo	-	-

Em 26 de junho de 2023, a Companhia concluiu a 3^a Emissão pública por meio da emissão de 27.500 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de implementar novos projetos de unidades de UFV (Central geradora fotovoltaica).

O montante total captado foi de R\$ 27.500 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,76% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de maio de 2033.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 2.500 mil, os quais foram liquidados pela Companhia e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortex DTVM Ltda.

Em 18 de novembro de 2024 a Companhia realizou a quitação total das debêntures mediante resgate antecipado.

12.6 Debêntures PLAC 41

Debêntures privadas - PLAC 41	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	1.124	1.104
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	6	26
Juros e encargos apropriados	63	210
Amortizações	(36)	(217)
Saldo final	1.157	1.123
Curto prazo	1.157	1.123

Cronograma inicialmente previsto	31/03/2025
2025	65
2029	125
2030	113
2031	101
2032	91
2033	662
Total	1.157

Em 28 de junho de 2023, a Companhia concluiu a 2^a emissão de Debêntures simples, em série única, privada por meio da emissão de 1.250 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de implementar novos projetos de unidades de UFV (Central geradora fotovoltaica).

O montante total captado foi de R\$ 1.250 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,76% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de maio de 2033.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortex DTVM Ltda.

12.6.1 Garantias

As debêntures são garantidas por alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão do emissor e das SPEs de Novos Projetos que serão incorporadas, decorrente do acordo de acionistas. Conta ainda com a cessão fiduciária de todos os direitos econômicos e/ou patrimoniais inerentes das ações alienadas fiduciariamente de novos projetos, pelo prazo necessário para cumprimento das obrigações garantidas.

12.6.2 Cláusulas restritivas (*covenants*)

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* financeiros e não financeiros, para os quais a administração monitora constantemente e não identificou descumprimentos.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados a seguir acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures:

- a) Caso a razão entre a dívida líquida do Emissor e o *equity value* da Emissora verificado semestralmente permaneça em patamar maior do que 70% (setenta por cento), consideradas para efeito de cálculo da dívida líquida e *equity value* da Emissora;
- b) O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") do Emissor esteja inferior a 1,30x (um inteiro e trinta centésimos vezes). Ainda, o Emissor será proibido de criar, substituir ou onerar quaisquer direitos de garantia sobre os dividendos;
- c) Caso não ocorra, o registro na CVM, na categoria aberto tipo B da resolução 80 da CVM, até a data de 30 de março de 2026;
- d) Caso não seja constituída as devidas garantias reais dentro do prazo de 180 dias contados da emissão das debêntures.
- e) Cálculo do ICSD = EBITDA – Impostos de renda e contribuição social/(amortização + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos).

EBITDA = Receita operacional líquida – custos dos produtos e serviços prestados – despesas comerciais, gerais e administrativas + depreciação e amortização + outras receitas operacionais com efeito caixa.

Os índices estabelecidos serão objetos de verificação semestral.

12.7 Debêntures PLII 11

Debêntures 1ª série - PLII 11	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	62.418	61.594
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	59	240
Juros e encargos apropriados	2.379	9.427
Amortizações	-	(8.843)
Saldo final	64.856	62.418
Curto prazo	1.114	62.418
Longo prazo	63.743	-

Cronograma inicialmente previsto	31/03/2025
2025	1.114
2026	3.235
2027	3.235
2028	3.235
2029	3.882
2030	3.882
2031	3.882
2032	4.529
2033	4.529
2034	5.176
2035	5.176
2036	5.823
2037	5.823
2038	11.335
Total	64.856

Em 27 de março de 2023, a investida Platão Capital II concluiu a emissão pública em série única, por meio da emissão de 64.700 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de desenvolver futuros projetos de construção e operação de 03 (três) unidades de usinas de minigeração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.

O montante total captado foi de R\$ 64.700 mil e a operação foi pactuada com taxa de juros correspondente à remuneração de 10,17% a.a. + IPCA., com vencimento final em 31 de janeiro de 2038. Os custos de emissão totalizaram R\$ 3.560 mil e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) – Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

12.7.1 Garantias

As debêntures são garantidas por cessão fiduciária dos direitos sobre a conta vinculada e conta da associação da emissora, bem como os recebíveis e créditos depositados, por alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da emissora e totalidade das quotas de emissão das fiadoras (Platão Investimentos Ltda. e Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 Ltda.) e pela alienação fiduciária da totalidade dos bens e equipamentos de cada um dos projetos, os quais foram mencionados na nota explicativa nº 9 – Imobilizado.

12.7.2 Cláusulas restritivas (*covenants*)

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* financeiros e não financeiros, para os quais a administração monitora constantemente e não identificou descumprimentos.

a) Alterações ou readequações de características técnicas dos Projetos que, em qualquer tempo, não sejam previamente autorizadas pela Aneel, conforme aplicável, e/ou que causem efeito adverso relevante.

Cálculo do ICSD semestral = EBITDA – Impostos de renda e contribuição social/(amortização + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos).

EBITA = Receita operacional líquida – custos dos produtos e serviços prestados – despesas comerciais, gerais e administrativas + depreciação e amortização + outras receitas operacionais com efeito caixa.

Como condição precedente a emissão das debêntures, a Platão Capital II S.A. deveria cumprir com as condições previstas na escritura, o qual foi necessário o *waiver* pela Valora Investimentos, sobre os seguintes tópicos (n) e (p) das condições precedentes contidas da escritura.

12.8 Debêntures PLAC 13 e PLAC 23

Debêntures - PLAC 13 e PLAC 23	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	142.265	-
Captações	-	150.000
Custos de emissão pagos	-	(4.716)
Deságio de emissão	-	(5.791)
Juros e encargos apropriados	6.696	2.772
Custos de transações apropriados	148	-
Amortizações	-	-
Saldo final	149.109	142.265
Curto prazo	4.188	538
Longo prazo	144.921	141.727
Cronograma inicialmente previsto		31/12/2024
2025	1.647	
2029	1.650	
2030	1.012	
2031	1.650	
2032	3.300	
2033	2.200	
2034	1.980	
2035	3.300	
2036	2.392	
2037	4.747	
2038	15.953	
2039	21.734	
2040	27.521	
2041	30.475	
2042	29.548	
Total	149.109	

Em 30 de outubro de 2024, a Companhia concluiu a 3ª Emissão de debêntures simples, em duas séries, por meio da emissão de 150.000 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de realizar a quitação das debêntures PLAC 11, PLAC 21 e PLAC 31 e do CRI 86^a.

O montante total captado foi de R\$ 150.000 mil, com taxa de juros correspondente à remuneração de 11,43% a.a. + IPCA, com vencimento final em 15 de junho de 2043.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 4.716 mil, os quais foram liquidados pela Companhia e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A operação foi realizada através do agente fiduciário e banco Vortex DTVM Ltda.

12.8.1 Garantias

As debêntures são garantidas por cessão fiduciária dos direitos sobre a conta vinculada e conta do consórcio da emissora, bem como os recebíveis e créditos depositados. Por alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da emissora e totalidade das quotas de emissão de suas filiais (USP 1, USP 2, USP 3 e USP 4) e suas controladas (SPRS II e SPRS III).

12.8.2 Cláusulas restritivas (*covenants*)

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* financeiros e não financeiros, para os quais a administração monitora constantemente e não identificou descumprimentos.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados a seguir acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures:

a) Realização de distribuição de recursos aos acionistas, exceto se as seguintes condições forem cumulativamente comprovadas: (i) Manter as obrigações pecuniárias adimplentes; (ii) O ICSD na última data de verificação ser igual ou superior à 1,20x; (iii) Ter realizado o pagamento dos juros remuneratórios das debêntures de forma integral; (iv) O pagamento da distribuição de recursos ser possível conforme as regras contábeis e societárias; (v) Manutenção da relação entre o patrimônio líquido e a dívida líquida (PL/DL) superior a 10% após a distribuição de recursos; (vi) Manutenção do caixa mínimo de R\$ 500.000,00 após a distribuição de recursos.

b) O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) do Emissor esteja inferior a 1,20x (um inteiro e trinta centésimos vezes) em duas datas de verificação seguidas ou quatro datas alternadas. A apuração será verificada semestralmente.

Cálculo do ICSD = Quociente dos itens (i) Cash Flow Disponível para o Serviço da Dívida e (ii) Serviço da Dívida

Cash Flow Disponível para o Serviço da Dívida = EBITDA - IR e CSLL + Dividendos controladas + Receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras dos saldos das contas vinculadas e de livre movimento.

EBITDA = Recebíveis de clientes + outras receitas operacionais com impacto caixa - PIS e Cofins + Créditos de PIS e Cofins - Despesas de remuneração e/ou comissão de vendas da PLIN Energia - CUSD - Custos e despesas operacionais - Despesas com locação de imóveis e/ou arrendamentos - Despesas com seguros - Quaisquer outras despesas com impacto caixa.

12.9 CRI 86^a

CRI 86 ^a	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	38.713
Juros e encargos apropriados	-	4.723
Amortizações	-	(43.737)
Custos de transação apropriados	-	301
Saldo final	-	-
Curto prazo	-	-
Longo prazo	-	-

Em 07 de outubro de 2022, a companhias USP 2, USP 3 e USP 4 captaram recursos por meio do termo de securitização de créditos imobiliários da 86^a (octogésima sexta) emissão, em série única, de certificados de recebíveis imobiliários da True Securitizadora S.A., sendo o valor da emissão de até R\$ 40.500 mil, sendo o prazo de vencimento da dívida de 5.455 dias contados da emissão, vencendo a última data de pagamento em 22 de setembro de 2037.

A remuneração da CRI é composta por IPCA + 8,75% ao ano.

O saldo passou a compor o consolidado do Grupo devido à aquisição das companhias USP 1, USP 2, USP 3 e USP 4 pela Platão Capital S.A. em 29 de março de 2024.

Em 18 de novembro de 2024 a Companhia realizou a quitação total do CRI mediante resgate antecipado.

12.10 CRI 173^a

CRI 173 ^a	31/03/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	98.382	95.690
Captações	-	-
Juros e encargos apropriados	4.526	14.809
Amortizações	-	(12.117)
Saldo final	102.908	98.382
Curto prazo	102.908	98.382

Cronograma inicialmente previsto	31/03/2025
2025	16.407
2026	110
2027	64
2028	608
2029	106
2030	100
2031	194
2032	528
2033	519
2034	1.071
2035	1.379
2036	5.110
2037	76.712
Total	102.908

Em 26 de outubro de 2023, a Companhia captou recursos por meio do termo de securitização de créditos imobiliários da 173ª (centésima septuagésima terceira) emissão, em série única, de certificados de recebíveis imobiliários da True Securizadora S.A., lastreados em direitos creditórios cedidos pela SPRS Platão Capital III S.A.

O valor da emissão é de até R\$ 95.000 mil, sendo o prazo de vencimento da dívida de 5109 dias contados da emissão, vencendo a última data de pagamento em 15 de setembro de 2037.

A remuneração da CRI é composta por IPCA + 11% ao ano.

12.10.1 Garantias

O CRI é garantido por cessão fiduciária dos direitos sobre a conta vinculada e conta da associação da emissora, bem como os recebíveis e créditos depositados, por alienação fiduciária da totalidade das ações da emissora, por alienação fiduciária da totalidade dos bens e equipamentos de cada um dos projetos, os quais foram mencionados na nota explicativa nº 9 – Imobilizado, e pela alienação fiduciária de direitos de superfície.

12.10.2 Cláusulas restritivas (*covenants*)

O CRI prevê a manutenção de determinados *covenants* financeiros e não financeiros, para os quais a administração monitora constantemente e não identificou descumprimentos.

a) A partir do 12º mês subsequente à data de integralização dos CRI, utilização do Fundo de Liquidez para fins de qualquer pagamento relacionado aos CRI, por 3 vezes consecutivas ou 4 vezes alternadas dentro de um período de 12 meses.

b) Caso, a partir do 12º mês subsequente à data de integralização dos CRI, a razão entre o valor do fluxo mensal de recursos transitados na Conta Vinculada e o valor pago a título de amortização do valor nominal unitário atualizado e de pagamento de remuneração dos CRI no respectivo mês, seja inferior a 1,50x, por 3 vezes consecutivas ou 4 vezes alternadas dentro de um período de 12 meses, e, cumulativamente, a Devedora não contrate, no prazo de até 60 dias contado da data do término do 3º mês consecutivo ou 4º mês alternado um prestador de serviço especializado de cobrança e conciliação de pagamentos para efetuar a cobrança de todos e quaisquer valores devidos pelos Associado.

c) Não atendimento do índice de cobertura correspondente à razão entre EBITDA – Impostos Pagos e Serviço da Dívida CRI igual ou superior a 1,25, a ser apurado pela companhia e verificado pelo Agente Fiduciário (a) no prazo de até 45 dias contado do término do semestre findo em 30 de junho de cada semestre fiscal, com base nas demonstrações financeiras auditadas consolidadas e na respectiva memória de cálculo sendo certo que a primeira apuração será referente ao semestre a ser encerrado em 30 de junho de 2025; e (b) no prazo de até 90 dias contado do término de cada exercício social encerrado em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras auditadas consolidadas devidamente e na respectiva memória sendo certo que a primeira apuração será referente ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025.

d) Pagamento total ou parcial de qualquer operação de empréstimo e/ou mútuo exceto se, cumulativamente (i) não esteja em curso qualquer descumprimento das obrigações pecuniárias ou não pecuniárias estabelecidas nos documentos da Operação; (ii) o Índice de Cobertura esteja sendo cumprido no período de referência; e (iii) após o referido pagamento, mantenha-se atendido o Índice de Pagamento Mútuos Fiadora.

e) Redução de capital social ou pagamento total ou parcial de qualquer Passivo com Partes Relacionadas, exceto (a) exclusivamente no caso de redução de capital social para fins de absorção de prejuízos acumulado ou se, cumulativamente, (i) tenha sido atendido o Índice de Pagamento Mútuo Fiadora, na última data de verificação; (ii) o Índice de Cobertura esteja sendo cumprido no período de referência; e (iii) imediatamente após tal redução for atendido o índice estrutura de capital; ou (b) exclusivamente no caso de pagamento total ou parcial de qualquer Passivo com Partes Relacionadas, se imediatamente após tal pagamento for atendido o Índice Estrutura de Capital. A Administração identificou que para o período findo em 31 de março de 2025 o Índice Estrutura de Capital não foi atingido.

13. Fornecedores

13.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	252	568	423	597
Total	252	568	423	597

Contemplam substancialmente a aquisição de placas, equipamentos e empreiteiros para a construção das usinas fotovoltaicas.

13.2 Aging list

	Controladora	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
A vencer	246	397
Vencidos		
De 01 a 30 dias	6	25
De 31 a 60 dias	-	1
Total	252	423

14. Passivo de arrendamento

14.1. Composição

	31/03/2025	31/12/2024
	Controladora	Controladora
Arrendamentos a pagar	8.160	8.057
(-) Juros a apropriar sobre arrendamentos	(4.657)	(4.629)
Total	3.503	3.428
Curto prazo	358	349
Longo prazo	3.145	3.079
	31/03/2025	31/12/2024
	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos a pagar	43.162	42.890
(-) Juros a apropriar sobre arrendamentos	(25.692)	(25.674)
Total	17.470	17.216
Curto prazo	1.759	1.729
Longo prazo	15.711	15.487

14.2. Movimentação

		Controladora
		31/03/2025
Saldo no início do exercício		3.428
Novos contratos e atualizações		57
Pagamentos efetuados		(91)
Juros apropriados		109
Saldo em 31 de março de 2025		3.503
Saldo no curto prazo		358
Saldo no longo prazo		3.145

Controladora	Saldo a pagar em 31/12/2023	Novos contratos	Atualização	Pagamentos efetuados	Juros incorridos	Incorporação	Saldo a pagar em 31/12/2024
USP 1	-	-	-	(140)	121	1.295	1.276
USP 2	-	-	28	(57)	51	465	487
USP 3	-	-	-	(131)	115	1.235	1.219
USP 4	-	-	18	(47)	44	431	446
Total	-	-	46	(375)	331	3.426	3.428

Consolidado	Saldo a pagar em 31/12/2024	Atualização	Pagamentos efetuados	Juros incorridos	Incorporação de investidas	Saldo a pagar em 31/03/2025
SPRS II	-	-	(71)	64	6.075	6.067
SPRS III	7.704	184	(201)	213	-	7.901
Capital S.A – Filial 1	1.276	57	(36)	58	-	1.356
Capital S.A – Filial 2	487	-	(15)	11	-	483
Capital S.A – Filial 3	1.219	-	(29)	29	-	1.219
Capital S.A – Filial 4	446	-	(12)	10	-	445
USP 5	428	-	(8)	7	(427)	-
USP 6	2.014	-	(35)	32	(2.011)	-
SP 7	3.642	-	(45)	41	(3.637)	-
Total	17.216	241	(452)	465	-	17.470

Consolidado	Saldo a pagar em 31/12/2023	Novos contratos	Atualização	Pagamentos efetuados	Juros incorridos	Consolidação de novas investidas	Saldo a pagar em 31/12/2024
SPRS III	7.074	-	651	(783)	762	-	7.704
USP 1	-	-	-	(140)	121	1.295	1.276
USP 2	-	-	28	(57)	51	465	487
USP 3	-	-	-	(131)	115	1.235	1.219
USP 4	-	-	18	(47)	44	431	446
USP 5	415	-	15	(44)	42	-	428
USP 6	1.954	-	75	(208)	193	-	2.014
SP 7	2.051	2.383	(757)	(387)	352	-	3.642
Total	11.494	2.383	30	(1.797)	1.680	3.426	17.216

Fluxo nominal futuro esperado dos contratos

O fluxo de pagamentos nominais para os contratos de locação de imóveis rurais, estão a seguir expostos. O fluxo apresentado não apresenta a correção das futuras parcelas pelo IPCA.

Descrição	Consolidado	
	Fluxos de pagamentos	
De 2025 a 2030		7.664
De 2031 a 2040		10.949
De 2041 a 2050		8.288
Total		26.901

15. Encargos tributários

Para o exercício de 2025 a Administração decidiu pela mudança do regime tributário de Lucro Presumido para Lucro Real. O saldo de impostos a recolher no encerramento do período está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
INSS a recolher	-	-	-	-
IRRF a recolher	11	25	94	121
IRPJ e CSLL a recolher	795	795	1.844	2.027
PIS e Cofins a recolher	337	351	892	740
ISS a recolher	2	-	3	-
Total	1.145	1.171	2.833	2.888

16. Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
AFAC	5.900	5.900
Total	5.900	5.900

Nos meses de novembro e dezembro de 2024, a Platão Capital S.A. recebeu recursos a título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 5.900 mil. Os recursos foram destinados dos sócios (pessoa física) da Companhia e possuem prazo para integralização de capital social de 36 meses.

As datas de disponibilização dos recursos estão apresentadas a seguir:

Data	Valor
22/11/2024	775
22/11/2024	775
22/11/2024	1.550
29/11/2024	700
02/12/2024	1.400
02/12/2024	700
Total	5.900

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2025 o capital social é de R\$ 34.499 mil dividido conforme quadro a seguir:

Acionista	Ações ordinárias	Ações preferencias	Percentual de participação	Total subscrito
Carlos Eduardo Passarelli Scott	-	365	7,30%	2.518.062
Eduardo Baer	-	374	7,48%	2.580.151
Fernanda Mazzonetto	-	29	0,58%	200.065
Gameleira Empreendimentos e Participações Ltda	-	433	8,66%	2.987.180
José Antônio Favaro	-	145	2,90%	1.000.326
José Eduardo Maksoud Rahe	-	391	7,82%	2.697.431
José Renato Taborda	-	374	7,48%	2.580.151
MACINV Participações S.A.	-	102	2,04%	703.678
Marcelo Gouvêa Bresser Pereira	-	99	1,98%	682.981
Márcia Passarelli Scott	-	51	1,02%	351.839
Marcos Mikail Abud	-	145	2,90%	1.000.326
Paulo Sergio Barone	-	90	1,80%	620.892
Platão Investimentos LTDA	5.000	1.227	24,54%	8.469.828
Roberto Mazzonetto	-	96	1,92%	662.285
Ronald Harry Spitzkopf	-	41	0,82%	282.851
Salvador Pastore Neto	-	458	9,16%	3.159.650
ST. Pierre Empreend. e Participações Ltda	-	147	2,94%	1.014.124
TST Empreend. e Participações Ltda	-	433	8,66%	2.987.180
Total de ações	5.000	5.000	100%	34.499.000

A integralização de capital decorrente do acordo de acionistas ocorreu em 29 de março de 2024, através da transferência de participação societária das seguintes companhias e resultou em um aumento de capital social de R\$ 34.499 mil:

Companhia	CNPJ	Total subscrito
Usina Solar Platão Investimentos S.A.	34.438.893/0001-61	21.222
Usina Solar Platão Investimentos SPE 2 S.A.	45.997.900/0001-93	2.566
Usina Solar Platão Investimentos SPE 3 S.A.	45.891.391/0001-10	7.558
Usina Solar Platão Investimentos SPE 4 S.A.	45.889.765/0001-62	3.360
Total		34.706
Integralização de capital social		34.499
Constituição de reserva de capital		206

b) Prejuízos acumulados

Em 31 de março de 2025, a Companhia mantém o saldo de prejuízos acumulados no montante de R\$ 85.472 (R\$ 64.750 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 20.722 de resultado do período. A reserva de retenção de lucros não foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 em virtude dos resultados apurados terem sido negativos.

c) Dividendos

Conforme acordo de acionistas celebrado em 31 de março de 2023, cada ação preferencial confere ao direito de recebimento de dividendos fixos anuais de R\$ 0,082, corrigidos anualmente pelo IPCA.

d) Participação de acionistas não controladores

O saldo da participação de acionistas não controladores em 31 de março de 2025 de R\$ 2 é composto pelo efeito das operações nas controladas diretas SPRS Platão Capital II S.A. e SPRS Platão Capital III S.A.

18. Resultado por ação

Básico: calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do exercício.

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo líquido do período	(20.724)	(7.020)
Lucro (prejuízo) atribuído a não controladores	(2)	-
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(20.722)	(7.020)

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo por ações		
Média ponderada das ações	5.000	5.000
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(4.1444)	(1.4040)

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – Diluído conforme requerido pelo CPC – 41 /IAS 31, em razão de não existir fatores de diluição. Portanto, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Prestação de serviços	3.099	-	7.529	109
Impostos e contribuições sobre a receita	(287)	-	(678)	(4)
Total	2.812	-	6.851	105

20. Custos, despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Serviços administrativos (i)	(310)	(617)	(1.063)	(1.696)
Depreciação e amortização (ii)	(733)	-	(2.325)	-
Despesas com operação e manutenção (iii)	(2.855)	(194)	(3.802)	(425)
Outras despesas (iv)	(224)	(95)	(1.158)	(522)
Total	(4.122)	(906)	(8.348)	(2.643)
Custo dos serviços prestados	(733)	-	(2.325)	-
Despesas gerais e administrativas	(3.389)	(906)	(6.025)	(2.643)

(i) Valores compostos substancialmente por honorários advocatícios, honorários contábeis e por consultorias especializadas em pesquisas e análises.

(ii) Decorrente da conclusão das obras e início das operações das usinas das localidades de São João do Caiuá, Apucarana, Mamborê, Paraíso do Norte, Dourados, Manoel Ribas, Diamantino, Campo Grande, Guapirama e Miranda, e da incorporação das usinas localizadas em Loanda, Alto Paraná, Paranavaí e Santa Isabel, conforme nota explicativa 1 – Contexto operacional.

(iii) Gastos com serviços de operação e manutenção (“O&M”) necessários para o funcionamento e performance das usinas.

(iv) Valores compostos, majoritariamente, por despesas gerais inerentes à operação, como manutenção, reparos, seguros e reconhecimento de impostos.

21. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Venda de direito de conexão (i)	-	150	-	150
Repasso de reembolso de obra de rede (ii)	-	-	(246)	-
<i>Impairment</i> de parecer de acesso (iii)	-	(688)	-	(688)
Baixa de ativos - incorporação(iv)	-	-	-	(1.583)
Outras receitas	9	-	9	-
Total	9	(538)	(237)	(2.121)

(i) Referente à venda de direito de conexão das localidades de Apucarana, Guapirama, Iguaraçu e Manoel Ribas realizada em janeiro de 2024;

(ii) Repasse do valor de reembolso das obras de rede das usinas de Guapirama e Campo Grande a fornecedores de equipamentos utilizados nas obras de rede.

(iii) Decorrente da constituição do *impairment* dos saldos relacionados ao parecer de acesso da UFV LMS, baixados devido à ausência de expectativa de realização do projeto;

(iv) Valores referente a ativos das usinas USP 1, USP 2, USP 3 e USP 4, baixados em virtude do processo de aquisição de cotas e incorporação das usinas pela Platão Capital S.A..

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	-	90	94
Total receitas	-	-	90	94
Despesas financeiras				
Encargos financeiros sobre endividamento	(6.855)	(1.096)	(13.825)	(2.135)
Ajuste a valor presente – Mútuos	-	-	(1.024)	-
Juros sobre arrendamentos	(109)	-	(464)	(226)
Outras despesas financeiras	(5)	(7)	(43)	(38)
Total despesas	(6.969)	(1.103)	(15.356)	(2.399)
Resultado financeiro líquido	(6.969)	(1.103)	(15.266)	(2.305)

As receitas financeiras são provenientes dos recursos mantidos em aplicações financeiras. As principais despesas financeiras correspondem aos juros e demais encargos financeiros sobre as debêntures, CRIIs e arrendamentos mantidos pelas companhias do Grupo.

23. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas apuram o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) pelo regime fiscal do Lucro Real e de Lucro Presumido. No Lucro Real, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada considerando todas as despesas dedutíveis e as receitas tributáveis por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de cálculo. Na apuração do Lucro Presumido é utilizada a alíquota de presunção de 32%.

a) Saldo de Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Corrente		
Imposto de renda	17	17
Contribuição social	10	38
Total corrente	27	55
Diferido (i)		
Imposto de renda	2.718	-
Contribuição social	979	-
Total diferido	3.697	-

- (i) Em virtude da ausência de recuperabilidade, a Administração decidiu realizar a baixa dos impostos diferidos ativos registrados na SPRS III.

b) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	31/03/2025
Lucro Real	
Lucro contábil antes do IR e CS	- 17.000
(+) Adições permanentes	-
(-) Exclusões permanentes	-
Lucro fiscal antes das compensações de prejuízos	- 17.000
(-) Compensação de prejuízos fiscais	-
Lucro fiscal	- 17.000
Taxa nominal combinada 25% de IRPJ e 9% de CSLL	34%
Subtotal Imposto de Renda e Contribuição Social	-
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	- 27
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	- 3.697
Imposto de Renda e Contribuição Social	- 3.724
Taxa efetiva	0,00%

	31/03/2024
Lucro Presumido	
Receita de Locação de Imóveis	109
Base de presunção	109
Presunção do lucro	35
Receitas financeiras	152
Base tributável	187
IRPJ (15%)	26
Adicional IRPJ (10%)	12
CSLL (9%)	17
Total IRPJ e CSLL	55
Alíquota efetiva	29%

- (ii) Em virtude da ausência de recuperabilidade, a Administração decidiu realizar a baixa dos impostos diferidos ativos registrados na SPRS III.

24. Resultado de equivalência patrimonial

	31/03/2025	31/03/2024
SPRS II	(4.349)	(1.658)
SPRS III	(8.103)	(1.230)
USP 1	-	361
USP 2	-	(298)
USP 3	-	(700)
USP 4	-	(947)
Total	(12.452)	(4.472)

25. Provisões para contingências

Em 31 de março de 2025, não existiam processos de natureza cível, tributário e trabalhista considerados como probabilidade de perda provável e possível, por essa razão não há saldos a serem contabilizados ou divulgados em nota explicativa, conforme estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras, à captação de empréstimos e emissão de debêntures, em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas informações financeiras, os quais se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

a) Considerações sobre riscos e gerenciamento de riscos

i) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

A Administração declara que monitora constantemente o risco desta variação e que não acredita em variações acima do previsto.

ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pelo Grupo. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

iii) Risco de mercado

O risco de mercado está associado, principalmente, a alterações regulatórias, tarifárias e legislativas que podem alterar o setor que a Companhia está inserida. A Administração monitora regularmente o cenário setorial e regulatório, avaliando seus possíveis impactos e adotando medidas de adaptação sempre que necessário.

iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, através de aportes e recursos decorrentes dos acionistas.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	31/03/2025			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	% sobre o PL	Valor contábil	% sobre o PL
Fornecedores	252	-0,54%	423	-0,90%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	150.266	-319,69%	318.030	-676,60%
Passivos de arrendamento	3.503	-7,45%	17.470	-37,17%
Despesas com partes relacionadas	160	-0,31%	505	-0,99%

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos
Fornecedores	252	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.712	-	2.900	13.284	132.370
Passivos de arrendamento	358	128	276	545	2.196
Despesas com partes relacionadas	160	-	-	-	-

	Consolidado				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos
Fornecedores	423	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19.233	-	21.357	40.268	237.172
Passivos de arrendamento	1.759	480	1.143	2.293	11.795
Despesas com partes relacionadas	505	-	-	-	-

b) Categorias de instrumentos financeiros

A Companhia adota o CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para classificação e divulgação de seus instrumentos financeiros. O valor justo representa o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Os instrumentos financeiros são classificados em três níveis de hierarquia:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação baseadas em variáveis observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas de avaliação baseadas em variáveis não observáveis.

Na data-base, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou em outros resultados abrangentes. Os principais instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado, cujos valores contábeis se aproximam substancialmente de seus valores justos.

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

		31/03/2025					
	Nível	Controladora			Consolidado		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	156	156	-	527	527
Títulos e valores mobiliários	2	-	3	3	-	3.229	3.229
Contas a receber	2	-	729	729	-	1.408	1.408
Total de ativos financeiros		-	888	888	-	5.164	5.164
Passivos financeiros							
Fornecedores	2	-	252	252	-	423	423
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	-	150.266	150.266	-	318.030	318.030
Passivos de arrendamento	2	-	3.503	3.503	-	17.470	17.470
Total de passivos financeiros		-	154.021	154.021	-	335.923	335.923
Efeitos líquido de ativos e passivos financeiros		-	153.133	(153.133)	-	(330.759)	(330.759)

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c) Análise de sensibilidade

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

A administração avalia que a variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico-financeiras da operação e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da Companhia. Logo abaixo a demonstração da sensibilidade usando o cenário provável com as taxas de riscos das próprias transações e outros dois cenários demonstrando o risco de elevação da taxa, sendo o primeiro acréscimo de 25% e o segundo com 50% sobre a taxa que corresponde ao cenário provável.

Transações	Risco	31/03/2025	Taxa	Cenário provável	Taxa	Cenário I	Taxa	Cenário II
Ativo financeiro								
Caixa e aplicações financeiras	Redução da CDI	527	11,22%	586	8,42%	571	5,61%	556
Contas a receber	Redução do IPCA	1.408	5,48%	1.486	4,11%	1.466	2,74%	1.447
Títulos e valores mobiliários	Redução da CDI	3.229	11,22%	3.591	8,42%	3.501	5,61%	3.410
				5.662		5.538		5.413
Passivo financeiro								
Debêntures – PLII11	Aumento da CDI	64.856	11,22%	72.133	14,03%	73.952	16,83%	75.772
Debêntures – PLAC13 e 23	Aumento do IPCA	149.109	5,48%	157.280	6,85%	159.323	8,22%	161.366
Debêntures – PLAC41	Aumento do IPCA	1.157	5,48%	1.220	6,85%	1.236	8,22%	1.252
CRI 173 ^a	Aumento do IPCA	102.908	5,48%	108.547	6,85%	109.957	8,22%	111.367
Passivo de arrendamentos	Aumento do IPCA	17.470	5,48%	18.428	6,85%	18.667	8,22%	18.907
		335.500		357.609		363.136		368.663
Exposição líquida		(330.337)		(351.946)		(357.598)		(363.250)

27. Seguros (não revisado)

A Companhia e suas controladas, protegem seus ativos através de contratos de seguro alinhados ao porte das companhias e às especificidades dos empreendimentos fotovoltaicos.

As apólices são contratadas em valores considerados adequados pela administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza das operações e os riscos inerentes ao setor de energia solar.

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas mantinham apólices de seguros contratadas com terceiros, com os seguintes limites máximos de indenização:

Tipo	Limite máximo de indenização
Danos materiais	92.247
Danos elétricos	8.000
Roubo e/ou furto qualificados de bens	1.900
Quebra de máquinas	2.000
Vendaval	5.000
Equipamentos eletrônicos	1.000
Outros	7.150
Total	117.297

Os seguros não foram escopo da revisão das informações financeiras realizadas pelos auditores independentes.

28. Eventos subsequentes

Aspectos econômico-financeiros

i) Aspectos operacionais

1) As obras conectadas no período subsequente estão apresentadas a seguir:

Unidade	UFV	UF	Potência (MW)	Expectativa	Conexão
Capital II	Cassilândia	MS	2,5	04/2025	11/04/2025

2) Para as demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2025 a Administração identificou o não cumprimento das cláusulas da debênture PLII11 relacionadas à manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida bem como às cláusulas do CRI 173^a relacionadas à manutenção do Índice Estrutura de Capital e do Índice de Pagamento Mútuo Fiadora.

ii) Aspectos societários

Em 12 de junho de 2025 a Platão Capital S.A. realizou uma Assembleia Geral de debenturistas – AGD, onde foi deliberado e aprovado os seguintes temas:

1) Não vencimento antecipado da 3^a (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, conforme o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Platão Capital S.A., em decorrência do descumprimento do prazo para a migração da titularidade do Consórcio dos Contratos de Uso do Sistema de Distribuição ("CUSD") das usinas de terceiros participantes do veículo de geração distribuída de energia. O novo prazo estabelecido para a troca de titularidade foi até o dia 26 de novembro de 2025.

2) Aprovação de novo prazo de registro na CVM, sendo o mesmo 30 de março de 2026.

3) Anuência prévia e expressa, para a realização de incorporação societária envolvendo a Controlada da Emissora, SPRS Platão Capital II S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ sob o nº 49.933.670/0001-50 e NIRE 35300610971 ("Platão Capital II"), enquanto incorporadora, e, enquanto incorporadas, as seguintes sociedades, todas já subsidiárias diretas da incorporadora: (a) USINA SOLAR PLATÃO INVESTIMENTOS SPE 5 S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Carneiro Leão, nº 825, Zona Armazém, Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP 87.014-010 inscrita no CNPJ sob o nº 45.997.851/0001-99 ("SPE 5 Maristela"), (b) USINA SOLAR PLATÃO INVESTIMENTOS SPE 6 S.A., sociedade por ações, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 917, Andar 4, Sala 403, CEP 78.008-000, Bairro Bau, Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 50.118.808/0001-46 ("SPE 6 Miranda I e II"), e (c) SOLAR PLATÃO 7 LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S.A., sociedade por ações, com sede na Av. Afonso Pena, nº 4785, Edifício The Place Corporate, Sala 701, CEP 79.031-010, Bairro Santa Fé, Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 50.165.881/0001-79, ("SPE 7 Cassilândia e Diamantino"), em conjunto com a "SPE 5 Maristela" e "SPE 6 Miranda I e II", denominadas "SPEs Capital II"), aprovando, ainda, a abertura de filiais da Platão Capital II para as respectivas usinas que estavam aloçadas nas SPEs Capital II.

4) Alteração do prazo previsto para a quitação integral da Emissora no âmbito do “Instrumento Particular de Escritura da 2^a (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Privada, da Platão Capital S.A.”, celebrado entre a Emissora e a AZ Quest Infra Yield Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em 18 de abril de 2023, passando de 20 de maio de 2025 para 20 de novembro de 2025.

iii) Integralização de capital

Em 04 de abril de 2025, SPRS Platão Capital II S.A. realizou a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária onde foi aprovada a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024, e foi deliberado sobre o aumento de capital social da Companhia que passou de cinco mil reais, para vinte milhões e quarenta e seis mil reais, o aumento foi realizado através da integralização de AFAC.

* * *